

BOLETIM 30

Brasília, 14 de dezembro de 2015

Senado volta a debater terceirização com centrais sindicais

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal realizará nesta terça (15), a partir das 9h, audiência pública sobre o tema O mundo do trabalho: desemprego, aposentadoria e discriminação. Esse é mais um evento de ciclo dedicado à discussão sobre as transformações no mundo do trabalho, com foco especial na terceirização e seus efeitos sobre a precarização nas relações de emprego.

A audiência foi proposta pelo senador Paulo Paim (PT-RS), que preside a CDH. Foram convidadas todas as centrais e confederações sindicais de trabalhadores no país, entre as quais a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Nova Central Sindical, União Geral dos Trabalhadores (UGT), Força Sindical e o Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST).

O senador Paulo Paim já realizou diversas audiências públicas pelo Brasil, em vários estados, com o objetivo de discutir o PL 4330, que propõe a terceirização nas atividades fins das empresas, entre outras questões. Nesses encontros, nos quais participaram representantes do movimento sindical e entidades de classe, houve praticamente unanimidade pela rejeição do projeto.

Fonte: Agência Senado Comunicação CONTRICOM



O movimento sindical está unido contra a terceirização em todo país

Ato em Brasília termina de forma pacífica em frente ao Congresso

Com enterro simbólico do PT no gramado em frente ao Congresso Nacional, milhares de pessoas, vestidas de verde e amarelo, encerraram a manifestação pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em Brasília. O ato, que começou por volta das 11h, na Esplanada dos Ministérios,

pediu ainda o fim da corrupção e a cassação do presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ). O protesto terminou por volta das 13h.

Minutos antes do enterro simbólico, os manifestantes rezaram um Pai-Nosso, cantaram o Hino Nacional e leram em conjunto mensagens direcionadas a parlamentares e a Dilma. “Chegou a hora de provar de que lado vocês estão. Tenham coragem de fazer a vontade de seus eleitores. Votem sim, pelo pedido de impeachment”, dizia parte do texto dirigido aos parlamentares.

O ato na capital federal fechou as vias da Esplanada dos Ministérios e reuniu de 5 mil a 6 mil pessoas, de acordo com a Polícia Militar (PM), e 30 mil, segundo os organizadores. Os manifestantes seguiram do museu da República até o Congresso Nacional, com faixas contrárias à política fiscal e também a favor da cassação de Cunha. Havia ainda bonecos infláveis do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da presidenta Dilma, representada com um nariz igual ao do personagem Pinóquio.

Uma das organizadoras Beatriz Kicis, integrante do movimento Revoltados Online e Resgata Brasil, disse que o ato foi a favor da democracia. “Nossa manifestação não tem nada a ver com o AI-5 [baixado em 13 dezembro de 1968 e que deu início ao momento mais duro da ditadura militar]. Marcamos dia 13, porque 13 é o número do PT, que é o partido que queremos derrubar”, afirmou.

Segurança

O movimento foi pacífico e marcado pela presença de famílias com crianças e idosos. A PM revistou os manifestantes na chegada à Esplanada, principalmente os que estavam com mochila. A PM fez um cordão de isolamento em frente ao Congresso.

Panfletagem

Paralelamente à manifestação, um grupo do movimento Frente Brasil Popular, que afirma representar o PT e cerca de 20 entidades, fez panfletagem na Torre de TV – um dos pontos turísticos mais movimentados da capital federal. O ato, que tem participação de poucas pessoas, é contra o impeachment da presidenta Dilma e o ajuste fiscal e pede a saída do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

Nesta segunda-feira (14), aniversário da presidenta Dilma Rousseff, um grupo liderado pelo PT e por entidades que apoiam o governo organizam uma festa simbólica, em frente ao Palácio do Planalto, com direito a bolo e parabéns.

Fonte: Agência Brasil



Mulheres reivindicam: trabalho igual, salário igual

Relatório aponta que mulheres ganham em média 24% menos que os homens



Atualmente, as mulheres fazem 52% de todo o trabalho no mundo, mas quando estão em uma atividade remunerada ganham, em média, 24% menos do que os homens. Na América Latina e Caribe, elas ganham 19% menos e são frequentemente excluídas dos cargos superiores de gestão. Os dados sobre o desequilíbrio de gênero no mercado de trabalho estão no Relatório de Desenvolvimento Humano 2015, lançado hoje (14) pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

A América Latina e Caribe é também a região com o maior percentual de trabalhadores domésticos, a maioria mulheres, somando quase 20 milhões de pessoas, ou 37% do total mundial, de acordo com o documento. O texto registra que essa é uma ocupação em que “as condições de trabalho frequentemente não são ideais”.

“O relatório mostra que é preciso começar a focar nessa questão da desigualdade de remuneração. É inaceitável que um homem e uma mulher façam a mesma coisa e a mulher ganhe menos. Tem aí um trabalho mais profundo, mais cultural, de transformar as normas sociais que excluem as mulheres do trabalho”, disse a coordenadora do Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional do Pnud, Andréa Bolzon.

O documento traz ainda dados positivos da região, que registra a menor disparidade de gênero na média de anos de escolaridade de adultos. Além disso, o índice de assentos parlamentares ocupados por mulheres (27%) é superior à média mundial (21,8%).

O relatório sugere que sejam tomadas medidas para garantir a igualdade de remuneração, combater o assédio e as normas sociais que excluem mulheres do trabalho remunerado. “Só então poderá a sobrecarga do

trabalho de prestação de cuidados não remunerado ser partilhada, dando assim às mulheres a possibilidade de integrar o mercado de trabalho”, diz o texto.

O documento informa que dos 204 milhões de desempregados no mundo, 74 milhões são jovens.

Fonte: Agência Brasil

Senadores de PMDB e PT lideram pendências no STF

Cerca de 40% dos 81 senadores estão sob investigação no Supremo Tribunal Federal (STF). Quase metade dos investigados é do PMDB e do PT; PP e PSDB vêm na sequência.

A prisão do primeiro senador no exercício do mandato desde a redemocratização ainda constrange o Senado. Mas Delcídio do Amaral (PT-MS) está longe de ser o único com problemas na Justiça. De cada dez senadores, quatro estão sob investigação no Supremo Tribunal Federal (STF). Dos 81 integrantes da Casa, pelo menos 31 respondem a inquérito ou ação penal na mais alta corte do país. Quase metade dos investigados representa o PMDB e o PT. Juntos, esses dois partidos têm 14 nomes na lista dos senadores sob algum tipo de acusação criminal. Os dados são de levantamento feito com exclusividade pelo Congresso em Foco.

Entre os 19 peemedebistas com assento na Casa, nove são investigados por algum tipo de crime. Na mesma situação se encontram cinco dos 13 petistas. Em seguida, aparecem o PP e o PSDB com quatro parlamentares cada. Na bancada do Partido Progressista, apenas Ana Amélia (RS) e

Wilder Morais (GO) não respondem a inquérito ou ação penal. Há 11 tucanos no Senado.

As suspeitas vão de crimes de corrupção, contra a Lei de Licitações e eleitorais até delitos de menor gravidade, como os chamados crimes de opinião.

Fonte: Congresso em Foco

Relator do orçamento confirma corte de R\$ 10 bilhões no Bolsa Família

O relator do projeto de lei orçamentária para 2016, deputado Ricardo Barros (PP-PR), confirmou nesta sexta-feira (11) o corte de R\$ 10 bilhões esperado no programa Bolsa Família. O programa teria R\$ 28,2 bilhões no ano que vem, mas Barros afirmou que as fraudes apontadas pela Controladoria-Geral da União (CGU) e as regras do programa permitem o corte de 35%.

Pelas contas do Ministério do Desenvolvimento Social, 23 milhões de pessoas seriam retiradas do programa, cerca de 7 milhões de famílias, pela média do Bolsa Família. Barros, no entanto, frisou que esse número não é oficial, porque o ministério não respondeu aos questionamentos da Comissão Mista de Orçamento sobre o programa.

Nesta segunda-feira (14), o relatório final será entregue, e Barros espera aprovar o orçamento até quarta-feira à noite. Antes de a comissão poder aprovar o orçamento, o Congresso precisa votar o Plano Plurianual (PPA), o que poderá ocorrer na terça-feira (15).



Deputado Ricardo Barros, relator da lei orçamentária

Fraudes

Para totalizar o corte de R\$ 10 bilhões, o relator considerou a economia que será gerada por outros fatores (como recursos ligados a fraudes que deixarão de ser pagos, a não inclusão de novos beneficiários e o fim da possibilidade de prorrogação do benefício em alguns casos).

Na economia que será gerada pelo corte no Bolsa Família, será levado em conta o valor estimado pela CGU em fraudes no programa, que poderia chegar a R\$ 2,6 bilhões. São pessoas que têm renda superior ao limite de R\$ 154 por pessoa da família para participar do programa.

Outros R\$ 2,6 bilhões sairiam pelo fim de uma regra atual de portaria do Ministério do Desenvolvimento Social, segundo a qual famílias que têm o benefício mas superam essa renda podem continuar recebendo o Bolsa Família por dois anos.

Além disso, o programa não teria novos beneficiários em 2016, o que gera uma economia de R\$ 1,4 bilhão. Todos os anos, a média tem sido de 700 mil cancelamentos de benefícios para 700 mil novos concedidos.



Mais R\$ 1,4 bilhão sai de recursos que são depositados para os beneficiários, mas não são sacados. Normalmente, o governo espera três meses depositando, mas não cancela o benefício.

Esses fatores, somados, geram uma economia de R\$ 8 bilhões. Segundo Barros, a redução efetiva que o governo terá de fazer no Bolsa Família será de R\$ 2,1 bilhões.

Esforço fiscal

Barros lembra que as regras do programa condicionam a concessão de benefícios à existência de recursos, e o orçamento tem sofrido muitos cortes. “O Bolsa Família é um programa muito importante, que tirou muita gente da miséria, mas pode também contribuir para o esforço fiscal que estamos fazendo neste ano”, justificou.

Segundo ele, programas como o Pronatec, Ciência Sem Fronteiras e Minha Casa, Minha Vida tiveram cortes de mais de 50%. “Vai ser muito difícil cortar mais alguma coisa neste orçamento, mas estamos entregando uma estimativa realista”, disse o deputado.

Fonte: Agência Câmara

Ministro do STF nega pedido de Cunha e mantém impeachment suspenso

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou nesta sexta-feira pedido do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), para que o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff volte a tramitar. Com a decisão, o ministro reafirmou que a Corte vai julgar na próxima quarta-feira a

legalidade da Lei 1079/50, que define as regras do procedimento de impeachment.

Na decisão, Fachin explicou que a suspensão de sua liminar é desnecessária, pois o plenário vai julgar se referenda a decisão na próxima semana. Fachin também admitiu o PT, o PSDB e o DEM no processo. Desta forma, esses partidos também poderão se manifestar sobre a legalidade da norma.

Na última quarta-feira, o ministro suspendeu a tramitação do pedido de impeachment de Dilma até o próximo dia 16, quando a Corte deve julgar, a pedido do PCdoB, partido da base aliada do governo, a validade da Lei 1.079/50. Fachin acrescentou que vai propor aos demais ministros o rito que deverá ser seguido pelo Congresso para dar continuidade à tramitação do pedido de impedimento da presidenta. Segundo o ministro, seu voto permitirá que o processo possa continuar sem questionamentos sobre sua legalidade.

Fonte: Portal EBC

Turma reconhece legitimidade do MPT para propor ação por trabalhador acidentado sem recursos

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu a legitimidade do Ministério Público do Trabalho (MPT) para atuar como substituto processual em ação individual de indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho de um trabalhador reconhecidamente pobre. Contratado como moleiro pela Rei da Estrada Comércio e Colocação de Molas Ltda., de



Curitiba (PR), o empregado perdeu a visão do olho esquerdo no acidente.

O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR) havia declarado a ilegitimidade do MPT para propor a reclamação, extinguindo o processo sem resolução do mérito. Para o TRT, a tutela de interesse individual não estaria entre as atribuições estabelecidas pela Constituição da República para o Ministério Público. "Cabe à Defensoria Pública a orientação e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, estando a atuação do Ministério Público restrita, no campo dos interesses sociais e individuais, àqueles indisponíveis", afirma o acórdão.

No recurso ao TST, o MPT afirmou que a ação teve origem na Justiça Comum e que o trabalhador, por ser pessoa pobre, assinou, em maio de 2005, "termo de representação" para que o Ministério Público do Estado do Paraná o representasse como substituto processual. Alegou que, com o deslocamento da competência para a Justiça do Trabalho, nas ações de indenização por dano moral decorrente de acidente de trabalho, conforme a Emenda Constitucional 45/2004, a incumbência de prosseguir como substituto processual foi transferida ao Ministério Público trabalhista.

O MPT argumentou ainda que não há defensoria pública devidamente constituída no Estado do Paraná, e destacou que sua atuação nessa ação, visa a tutelar o interesse social relevante do trabalhador, relacionado ao meio ambiente de trabalho.

TST

Para o relator do recurso, desembargador convocado Marcelo Lamego Pertence, o TRT-PR, ao declarar a ilegitimidade do MPT, negou ao

trabalhador o direito à assistência jurídica integral e gratuita, pelo Estado, aos que comprovarem insuficiência de recursos, assegurado no artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição da República. Pertence assinalou que o TRT registrou, na análise de embargos declaratórios, que a Defensoria Pública estadual não atua na esfera trabalhista, cabendo, portanto, ao MPT a defesa dos interesses do trabalhador, "pessoa pobre, que necessita de assistência judiciária".

O relator observou ainda que, de acordo com o artigo 129, inciso IX, da Constituição, incumbe ao Ministério Público "exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade". E, entre elas, está a de representar o hipossuficiente em juízo.

Com a fundamentação do relator, a Primeira Turma proveu o recurso de revista e, reconhecendo a legitimidade do MPT, determinou o retorno dos autos ao TRT, a fim de que aprecie o recurso ordinário interposto pela empresa.

A decisão foi unânime. Ao final do julgamento, o ministro Waldir Oliveira da Costa, presidente da Primeira Turma, destacou a importância do tema, por ser um precedente quanto ao MPT atuar como substituto processual em ação individual. Processo: RR-9951200-97.2005.5.09.0006

Fonte: TST

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)